

A AMAZÔNIA, SUA INVASÃO, SEU DESMATAMENTO E QUEIMADAS

Eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens.

Padre Antônio Vieira

ROBERTO GAMA E SILVA¹
Contra-Almirante (RRm)

SUMÁRIO

A invasão da Amazônia
Seu desmatamento
Suas queimadas
O clima amazônico
As queimadas

A INVASÃO DA AMAZÔNIA

É agora bem visível a preocupação dos brasileiros com os olhos de cobiça que se fixam na Amazônia brasileira, justamente por ser ela o "paraíso dos recursos naturais" remanescentes no sistema fechado da "espaçonave Terra".

Há, todavia, um raciocínio equivocado em relação à invasão da Amazônia.

Até mesmo altas autoridades militares têm passado a idéia de que uma invasão armada estaria sendo montada pelo "Império", a fim de retirar a região da soberania nacional, colocando-a sob outra bandeira ou internacionalizando-a para uso futuro

¹ N.R.: O autor é natural de Manaus e entrou para a Escola Naval em 1949 sendo promovido à almirante em 1980. Serviu na Amazônia entre 1977 e 1978 como Chefe da Seção do Serviço Nacional de Informações (SNI) para a Amazônia Ocidental e de março de 1980 a janeiro de 1984 como Presidente do Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas e, como tal, membro *ad hoc* do Conselho de Segurança Nacional, no governo Figueiredo.

do pequeno grupo de Estados fiadores da *Pax Borealis*.

Ledo engano!

A invasão da Amazônia já está em fase bem adiantada, à mesma medida que se processa a conquista do Brasil, pela ocupação do seu compartimento econômico.

Em outras palavras, a nossa Amazônia já está sendo ocupada sem o emprego de um único soldado invasor e sem que seja disparado um só tiro!

A primeira cabeça-de-praia dessa nova invasão, uma reiteração da História, foi estabelecida em Manaus, com a implantação da Zona Franca,² medida bem-intencionada, todavia distorcida na sua execução pelo fato de se ter transformado num porto seguro para a proliferação de montadoras multinacionais.

Em seqüência, alastrou-se a influência alienígena na região com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD,³ que passou para as mãos de controladores que nem Deus sabe as origens, mas estrangeiros com toda a certeza.

Com esse ato irresponsável, mais de 500 mil hectares⁴ de áreas superficiais de servidão escaparam da propriedade de brasileiros e, no subsolo respectivo, um fabuloso tesouro mineral teve o mesmo destino.

A poliminerizada Província Mineral de Carajás, a Província Bauxitífera do Rio Ca-

pim, a titular da Província Bauxitífera do Trombetas, as chaminés alcalinas-ultrabásicas de Maicuru e Maracaná, depósitos gigantes de anatásio,⁵ tudo isso escorregou das mãos nacionais devido à alienação da Companhia Vale do Rio Doce.

A invasão teve seqüência com a multiplicação das empresas de mineração internacionais em atividade na região, depois que o texto constitucional⁶ foi alterado, para permitir que qualquer aventureiro de fora obtivesse licença para explorar o

subsolo pátrio, em 1995 no governo Fernando Henrique⁶.

Também as empresas madeireiras do sudeste da Ásia “baixaram” na região, para repetir no Novo Mundo a façanha que realizaram no outro lado do planeta: derrubada predatória das madeiras nobres da floresta tro-

pical úmida.

Como se não bastassem tantos intrusos, para lá convergiram enxames das indesejáveis organizações não-governamentais, as ONGs, na verdade braços “paragovernamentais” dos Estados desenvolvidos, infiltrados nos países subdesenvolvidos para tolher a sua marcha em direção ao progresso e para inocular o vírus da secessão nos seus habitantes insatisfeitos.

Em março de 2001, mais um grande passo para o domínio total da região foi dado, tendo como protagonista a multinacional

A invasão da Amazônia já está em fase bem adiantada, na mesma medida em que se processa a conquista do Brasil, pela ocupação do seu compartimento econômico

2 N.R.: A Superintendência da Zona Franca de Manaus foi criada pelo Decreto-Lei 288 de 28 de fevereiro de 1967 no governo do General Castelo Branco.

3 N.R.: A CVRD foi privatizada no primeiro semestre de 1997.

4 N.R.: As explorações minerais são pontuais; a área é um indicador secundário.

5 N.R.: Anatásio é um dos 3-minérios do titânio.

6 N.R.: A Emenda Constitucional nº 19, de 15 de agosto de 1995, (primeira do governo Fernando Henrique) alterou o art. 171 da Constituição.

BHP, mineradora registrada na Austrália. Com a aquisição de 60% das ações ordinárias da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – Caemi, empresa controladora do grupo formado pelo conhecido, “representante” de grupos estrangeiros, o falecido Augusto Trajano de Azevedo Antunes, a BHP passou a deter não só os depósitos de minério de ferro das

Minerações Brasileiras Reunidas – MBR, localizados em Minas Gerais e responsáveis por 5% das reservas nacionais, mas, também, todo o patrimônio estocado na Amazônia pelo mesmo “cidadão do mundo”. Fazem parte desses bens amazônicos, nada menos do que o Projeto Jari, repassado ao Grupo Antunes por interferência direta do senhor Golbery do Couto e Silva, enquanto Chefe da Casa Civil do Governo Figueiredo, em 1983, nele incluídas as importantes reservas de bauxita refratária e de caulim dispostas às

margens do Rio Jari, além do que sobrou da Indústria e Comércio de Minérios S.A. – Icomi, empresa que exauriu prematuramente os depósitos de manganês da Serra do Navio, Amapá, e mais as plantações pertencentes à Companhia de Dendê do Amapá S.A. – Codepa e a floresta homogênea de *Pinus caribea* plantada pela Amapá Celulose – Amcel.

Como é fácil constatar, examinando um mapa regional, a margem esquerda do Rio Amazonas, do Amapá ao Rio Trombetas já

se acha em poder de forasteiros, o mesmo acontecendo com a rica região em torno da Serra dos Carajás e toda a bacia do Rio Capim, no sudeste do Pará.

Regrediu, destarte, o Brasil a uma época em que a Amazônia era de tal forma comandada por estrangeiros, que mereceu citação especial no livro *The Earth and the State*, escrito pelo eminente

geopolítico norte-americano Derwent Whittlesey, em agosto de 1939. No trecho em que descreve os rios como “avenidas de penetração”, Whittlesey comparou as bacias do Congo e do Amazonas, para chegar à seguinte conclusão: “O núcleo central da América do Sul é formado, na maior parte, pela bacia de um único rio. Na sua quase totalidade esse núcleo é, do ponto de vista político, território brasileiro, embora sua exploração esteja a cargo de europeus. A distinção legal entre a bacia do Congo (colônia de um Estado europeu)

O núcleo central da América do Sul é formado, na maior parte, pela bacia de um único rio. Na sua quase totalidade esse núcleo é, do ponto de vista político, território brasileiro, embora sua exploração esteja a cargo de europeus. A distinção legal entre a bacia do Congo e a do Amazonas não chega a mascarar a sua similaridade geopolítica

e a do Amazonas (parte de uma soberania sul-americana) não chega a mascarar a sua similaridade geopolítica”.

Acontece que o geopolítico norte-americano estava mesmo certo, quando publicou o seu trabalho há 63 anos atrás!

Posso ratificar o que foi escrito, porque testemunhei o final da dominação européia na cidade de Manaus, onde nasci.

Até o início dos anos 40, as maiores autoridades no Amazonas eram os gerentes do London Bank, da Amazon River

Steam-ship Company, da Manaus Tranways and Light Company, da Manaus Harbour e da Booth Line. Além desses "dignitários", mandavam na região os donos das firmas aviadoras⁷ de borracha, todos eles europeus.

Foi o Presidente Getúlio Vargas que "nacionalizou" a Amazônia, aproveitando a brecha que a Segunda Guerra Mundial proporcionou.

No presente, os brasileiros realmente dispostos a defender a região não se devem iludir, armando esquemas defensivos contra a incursão de tropas vindas das regiões de onde sopra o Bóreas. É de todo improvável o emprego de forças militares estrangeiras na Amazônia brasileira, simplesmente porque a região está sendo dominada sem que se faça necessária tal intervenção.

Se querem, de fato, defender a região, mantendo-a sob nossa dominação, assentem as baterias sobre os oligarcas-entreguistas, inconciente ou interesseiramente "convictos" dos benefícios da privatização e de globalização.

SEU DESMATAMENTO

Ciclicamente, todavia sem freqüência determinada, pipocam na mídia notícias alarmantes sobre o desmatamento predatório e as queimadas criminosas na Amazônia brasileira.

Há duas causas principais para a veiculação dessas informações imprecisas: a ignorância generalizada, que ainda persiste, em relação à maior região natural do país e o indisfarçável interesse dos estrangeiros que sobre ela paira, pois desejam eles mantê-la intocável, para uso futuro dos seus incomparáveis recursos naturais.

Inexplicável, no caso, é o fato de órgãos governamentais, que deveriam ser competentes, contribuírem notavelmente para a fundamentação dessas denúncias de fé

É de todo improvável o emprego de forças militares estrangeiras na Amazônia brasileira, simplesmente porque a região está sendo dominada sem que se faça necessária tal intervenção

púnica, na medida em que insistem eles em disseminar informações sobre a chamada Amazônia Legal, na verdade um mero artifício político para ampliação da área submetida ao regime de incentivos fiscais, mas que ultrapassa, de muito, os limites da verdadeira Amazônia.⁸ Esta, na realidade, é a grande

unidade paisagística natural, caracterizada por domínio morfoclimático e fitogeográfico bem definido, segundo padrões típicos de relevo, clima, drenagem, solos e vegetação.

A região natural, que se pode clamar de "Amazônia Verdadeira", mede, em números redondos, 4 milhões de quilômetros quadrados, enquanto a Amazônia Legal, com os seus 5,1 milhões de quilômetros quadrados, engloba 60% da superfície do Brasil.

A Amazônia Legal, além de conter o domínio característico da "Amazônia Verda-

7 N.R.: Firmas comerciais possuidoras de armazéns gerais e de regatões (embarcações a motor típicas da Amazônia) que adquiriam dos caboclos produtores as telas de borracha (pequenos volumes de latex defumado) nos beiradões e as revendia para o mercado nacional e internacional.

8 N.R.: Veja *Amazônia Brasileira*, do mesmo autor, na *RMB* 1º trim./2000 - p. 89.

deira”, ainda inclui parcela considerável do domínio dos cerrados do Brasil Central, que compõem a paisagem natural do Mato Grosso ao sul do paralelo de 10°S, e mais três quartas partes da superfície do Tocantins, onde também imperam os cerrados, além de toda a área definida como Zona dos Cocais, uma outra unidade paisagística que marca a transição entre a floresta tropical úmida do Norte e a caatinga do Nordeste.

A verdadeira Amazônia, sem os penduricalhos que lhe agregaram os poltícos, é, na verdade, a região natural mais bem conservada da Terra, ao contrário do que por aí propagam os ignorantes e os mal-intencionados, neste último grupo incluídas as maléficas ONGs.

Senão vejamos.

Estimam os especialistas que a área floresta do planeta era da ordem de 85 milhões de quilômetros quadrados, correspondentes a 65% da superfície habitável da Terra. Hoje, não restam senão 32 milhões de quilômetros quadrados recobertos com

vegetação arbórea, o que equivale a dizer que o homem, para ocupar os espaços onde vive, removeu mais de 60% das florestas primitivas.

Na Europa e na Ásia, onde a ocupação humana é mais antiga, mais de 70% das áreas florestadas foram substituídas para usos múltiplos e usos institucionais (cidades, vilas, estradas, aeroportos etc.).

No Brasil mesmo, a soberba Mata Atlântica, que recobria 1,3 milhões de quilômetros quadrados da faixa litorânea, desde o Rio Grande do Norte até Santa Catarina, está hoje reduzida a menos de 100 mil quilômetros quadrados, cerca de 8% da dimensão original.

Enquanto isso, devido à excentricidade regional e ao desafio da floresta tropical úmida, os sete tipos de vegetação natural existentes na “Amazônia Verdadeira” só foram desfigurados, pela ação antrópica, em cerca de 8% da sua totalidade, sendo que quase metade do total foi alterado para fins institucionais.

No momento, a ocupação espacial da nossa Amazônia é a seguinte:

TIPO DE OCUPAÇÃO	SUPERFÍCIE OCUPADA (Km ²)	% DO TOTAL
VEGETAÇÃO NATURAL	3.648.000	90,12
RIOS E LAGOS	80.000	1,98
USOS INSTITUCIONAIS	150.000	3,70
USOS MÚLTIPLOS	170.000	4,20
TOTAIS	4.048.000	100,00

Releva acrescentar que, no tocante às áreas recobertas por vegetação arbórea, a Hiléia, instalada em 3,2 milhões de quilômetros quadrados, ainda mantém intocados 40 bilhões

de metros cúbicos de madeiras nobres (*hardwoods*), dos quais 28 bilhões em essências já cotadas comercialmente, avaliadas estatisticamente em cerca de 1 trilhão de dólares.

Então, dispõem os brasileiros, na Amazônia que lhes pertence, de uma fabulosa "caderneta de poupança", que por mais que seja usada, todavia de forma racional, manter-se-á sempre com o mesmo valor, graças aos mecanismos da regeneração natural ou, mesmo, do replantio de quadras afetadas.

Interessante, também, assinalar que as duas maiores agressões às florestas primitivas da Amazônia foram perpetradas por empresas estrangeiras, não submetidas ao necessário controle do poder público, devido à ausência de fiscalização ou competência dos responsáveis por tal mister. Os infratores foram os responsáveis pelos empreendimentos da Ford, no Rio Tapajós, e do Grupo Ludwig, no Rio Jari. Este último, por sinal, devastou 100 mil hectares de florestas, com alto grau de concentração de castanheiras (*Bertholletia Excelsa*), espécie tão preciosa que, por determinação legal, não se pode abater!

No momento, inspiram preocupações o retorno do antigo Projeto Jari para mãos desvinculadas da comunhão nacional e a invasão silenciosa das madeireiras registradas no Extremo Oriente, todavia controladas por empresas dos países industrializados, que daquela região se retiraram deixando um rastro de devastação nas florestas tropicais onde atuaram.

Fica assim bem demonstrado, pela frieza dos números, que as notícias alarmantes de devastação da vegetação natural da Amazônia brasileira não correspondem à realidade.

Fica ainda bem patente que os brasileiros responsáveis devem promover um retorno às escolas para os cidadãos, aqui nascidos, que não conhecem o núcleo principal do seu próprio País. Evidente que tal providência pressupõe inclusive, talvez, o afastamento de maus brasileiros que vêm ocupando cargos públicos responsáveis pela área.

Finalmente, os esclarecimentos acima devem disparar um sinal de alerta contra os países que esgotaram os seus recursos

naturais, pela expansão dos seus ecúmenos até os últimos limites, e agora, tentam, de todas as maneiras, se apropriar dos bens existentes em outras áreas, fora da sua esfera de soberania.

Repito, *ad nauseam*, por oportunas, as palavras do Padre Antônio Vieira aos tamoios, com relação aos invasores franceses: "eles não querem o nosso bem, eles querem os nossos bens".

**A verdadeira Amazônia,
sem os penduricalhos que
lhe agregaram os políticos,
é, na verdade, a região
natural mais bem
conservada da Terra, ao
contrário do que por aí
propagam os ignorantes e
os mal-intencionados, neste
último grupo incluídas as
maléficas ONGs**

SUAS QUEIMADAS

O clima amazônico

Paradoxalmente, antes de abordar o tema propriamente dito, faz-se necessário verificar o que se passa com a hidrologia regional.

A Amazônia, em primeiro lugar, não admite generalizações, pelo espaço avantajado que apresenta, quase oito vezes maior do que a superfície da França, e pela posição que ocupa, seccionada que é pela Zona de Convergência Intertropical, o equador climático.

Os ventos predominantes, na região, são os do quadrante leste, resultantes da composição dos aliseos de nordeste e de sudeste, que sopram sempre ao norte e ao sul, respectivamente, da Zona de Convergência Intertropical. A esses ventos deve-se a penetração profunda do vapor de água, gerado pelo Atlântico, até o coração da Amazônia. A umidade do mar, entretanto, só alimenta cerca de 60% da precipitação regional. O restante, 40%, fica por conta da evapotranspiração superficial, mormente aquela oriunda das áreas florestadas. Essa relação biunívoca entre o clima e a floresta é o "calcanhar de Aquiles" da Amazônia.

A distribuição da precipitação regional, todavia, não é homogênea, como raciocinam os "generalizantes", na realidade desconhecidos dos sortilégios amazônicos.

Longitudinalmente, ao longo do eixo da bacia hidrográfica, há um progressivo aumento dos índices pluviométricos de leste para oeste, inclusive naqueles vigentes nos períodos de estiagem, e uma redução sensível no número de dias biologicamente secos. Além disso, nota-se um recuo progressivo, na mesma direção, dos intervalos de estiagem, uma vez que em Belém a época mais seca coincide com o mês de outubro, enquanto que em Manaus retrocede para julho e agosto e em Tabatinga, limite ocidental da Amazônia brasileira, fica compreendida entre junho e julho. Até Manaus, outrossim, há registros de dias biologicamente secos, no máximo 20 por ano, mas, de lá para o limite oeste, cessam tais ocorrências.

O exame da hidrologia ao longo dos paralelos é o que apresenta maiores diferenças, não só devido à divisão do espaço físico pela Zona de Convergência Intertropical, mas também como resultado da existência de barreiras geomorfológicas, bem ao norte, atuando no sentido de modificar o regime de chuvas a barlavento.

Em Roraima (com o primeiro "a" aberto, por favor), a barreira do Planalto das Guianas, mais particularmente do monte Roraima, provocou a formação dos Campos gerais do Rio Branco, devido a instalação local de um clima termoxeroquimênico atenuado (classificação de Bagnouls e Gausson), com intervalos de até quatro

meses secos entre novembro e fevereiro. O período chuvoso, entre março e outubro, apresenta um pico de pluviosidade em julho.

Mais para o oeste, em Iauaretê, o máximo de pluviosidade é também em julho, todavia os índices de todos os demais meses ultrapassa o equivalente a 2.000 milímetros anuais. Aliás, tal é o padrão pluviométrico de todo o alto Rio Negro.

Ao sul da Zona de Convergência Intertropical inverte-se o quadro, inclusive em relação aos índices pluviométricos dos meses de estiagem. Jacareacanga, no Tapajós, apresenta de três a quatro meses secos, com o mínimo de precipitação em agosto. Porto Velho, no Madeira, tem o mesmo intervalo de estiagem, embora com o mínimo de precipitação em julho. Já em Cruzeiro do Sul, no Juruá, o intervalo de estiagem situa-se entre junho e setembro, todavia sem seca biológica. Na outra bor-

A Hiléia, ainda mantém intocados 40 bilhões de metros cúbicos de madeiras nobres (*hardwoods*), dos quais 28 bilhões em essências já cotadas comercialmente, avaliadas estaticamente em cerca de 1 trilhão de dólares

da da Amazônia, no chamado Bico do Papagaio, onde predomina a floresta tropical aberta com palmeiras, o clima já passa a apresentar de cinco a seis meses secos, com o mínimo de precipitação centrado no mês de agosto.

O nível dos rios, dependente da precipitação ao longo dos respectivos cursos, obedece ao seguinte regime: os afluentes do rio principal, vindos do norte, têm as suas cheias entre junho e agosto, enquanto que os oriundos do sul atingem os seus níveis máximos entre fevereiro e abril. Essa defasagem salutar mantém relativamente estável o volume de águas em trânsito no Solimões e no Amazonas, embora ainda persistam as defasagens sazonais no nível da calha principal, tanto menores quanto maior a área de captação. No Baixo Amazonas, quase na foz, as flutuações limitam-se a uma média de cinco metros, enquanto na altura de Manaus, com a redução da área de captação, atingem uma média de dez metros.

Com esses dados bem ancorados na memória, pode-se, agora, tratar da questão das queimadas com muita simplicidade.

As queimadas

De início, é imprescindível que se decore um axioma: "nos domínios da floresta

tropical úmida é impossível provocar uma queimada".

Embora um axioma dispense prova, por ser uma premissa óbvia, ainda assim, para convencimento dos mais cépticos, pode-se esclarecer que tal impossibilidade se deve à umidade presente, aos intervalos muito curtos de seca biológica, quando os há, e, ainda, à miríade de igarapés que recortam as áreas florestadas, atuando como

aceiros, isto é, como empecilhos à propagação do fogo.

Aprendida a lição fundamental, fácil descobrir a natureza das queimadas, nas demais tipologias vegetais da Amazônia e, mesmo, prever a época bem aproximada em que elas acontecerão.

O preparo de terrenos para o plantio de culturas de ciclo curto e a limpeza de pastos são os dois motivos pelos quais os naturais da Amazônia, há muito tempo, antes mesmo da colonização européia, ateiam fogo nas áreas de várzeas e nos campos gerais.

O momento em que usam tal expediente primitivo é aquele que, antecedendo o início

da estação chuvosa, propiciará o plantio e a colheita das culturas, antes que o terreno seja alagado pela cheia do rio adjacente. No caso de limpeza de pastos, nos campos gerais usados para a pecuária, a ocasião escolhida é aquela que antecede de poucos dias o início das chuvas, pois os res-

Fica assim bem demonstrado, pela frieza dos números, que as notícias alarmantes de devastação da vegetação natural da Amazônia brasileira não correspondem à realidade

*

Logo que começam a aflorar os primeiros brotos das culturas plantadas, ou do capim renovado, todo o dióxido de carbono liberado na queimada é absorvido, para compor os tecidos das novas plantas

ponsáveis pelas queimadas contam com elas para abafar o fogo.

Em Santarém, por exemplo, local em que as chuvas recomeçam em setembro e o Amazonas começa a baixar em julho, é bem provável que em agosto o aeroporto fique, por alguns dias, interditado pela fumaça das queimadas, ateadas nas várzeas férteis do Rio-Mar.

Nas vizinhanças de Boa Vista, no local em que determinada rede de televisão "escalou" um buritizeiro em chamas como símbolo de um "gigantesco incêndio florestal", bem no meio de uma área de campos gerais, de superfície igual a 42 mil quilômetros quadrados, é bem provável que "tragédias" semelhantes venham a se repetir no mês de abril de cada ano, uma vez que os criadores locais continuarão a limpar os pastos com fogo logo no início do intervalo chuvoso.

Por sinal, deve ser explicado que os buritizeiros, palmeiras comuns na Amazônia, são endêmicos nos campos do Rio Branco, pois são eles que formam as matas ciliares dos igarapés e das lagoas lá existentes.

Pergunta-se agora: que grande inconveniente decorre dessas queimadas tradicionais?

Resposta rápida: nenhum, a não ser a destruição paulatina da camada húmica dos solos.

Pode-se afirmar, então, com a mais absoluta certeza, que esse tipo de queimada não aumenta a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, a não ser momentaneamente. Logo que começam a aflorar os primeiros brotos das culturas plantadas, ou do capim renovado, todo o dióxido de carbono

liberado na queimada é absorvido, para compor os tecidos das novas plantas.

Destarte, não há como comparar o produto desse tipo de queimada, com o da queima de combustíveis fósseis, estes há muito arquivados no subsolo, portanto alijados do ciclo de carbono atmosférico.

Óbvio está que se o fogo fosse usado para queimar os lenhos das árvores de uma floresta, de modo a abrir espaço para usos institucionais ou para usos múltiplos, o procedimento traria prejuízos para o clima, tanto por diminuição sensível da evapotranspiração, quanto por aumento na concentração de carbono na atmosfera.

Para solucionar o problema das queimadas na "Amazônia Verdadeira" não basta instalar sistemas de monitoramento remoto, nem aumentar a

fiscalização, pois nenhum dos dois será capaz de estancar um fato consumado.

Desprovidos de capitais e abandonados à própria sorte, os caboclos não contam com outros meios para o preparo dos terrenos de onde tirarão a própria subsistência.

No entanto, a partir do momento em que puderem lançar mão de máquinas para substituir o método tradicional, abandonarão as famosas queimadas. Que experimentem, pois, equipar as prefeituras das áreas onde se pratica a agricultura, com patrulhas agrícolas mecanizadas. Tal medida redundará em gastos infinitamente menores do que os juros que os brasileiros vêm pagando aos países endinheirados.

Trata-se, pois, de problema facilmente solucionável, mas que demanda um pouco mais de espírito público, de ética e de brasilidade.

Nos domínios da floresta tropical úmida é impossível provocar uma queimada

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ÁREAS> / Amazônia /; Invasão da Amazônia; Desmatamento; Queimadas;

★ CONDOMÍNIOS

★ LOCAÇÕES

★ VENDAS

★ SEGURANÇA

*Procurando uma administradora de ponta?
Parabéns, acabou sua procura!
Solicite agora mesmo uma proposta e tenha
à sua disposição produtos e serviços do
premiado Padrão Atlântida de Qualidade.*

Atlântida, excelência na administração de bens imobiliários.

CENTRO (matriz): Av. Treza de Meio, 23 - 17º andar - Cep: 20.004-900 - Tel.: 2240-9696 / Fax: 2532-4770
COPACABANA: Rua Siqueira Campos, 168 - Lj A - Cep: 22.031-070 - Tel.: 2548-8125 / Fax: 2236-4700
SITE: www.atlantida-adm.com.br / E-MAIL: atlantida@atlantida-adm.com.br

